

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CONSELHO SUPERIOR

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

ATA N.º 07/2014

1 Aos quatro dias de novembro de dois mil e quatorze, nas dependências do câmpus Pelotas, o  
2 Conselho Superior do IFSul reuniu-se, sob a presidência do reitor, professor Marcelo Bender  
3 Machado, e com a presença dos conselheiros e convidados a seguir relacionados: Rafael Blank  
4 Leitzke, Milton Britto de Almeida, Ricardo Castro Carrilho, Marcos Eli Silveira Echeverria, Mack  
5 Léo Pedroso, Maria Helena Polgati Moreira, Daniela Cardoso Salau Barboza, Pablo Diniz de  
6 Mello, Luciana Neves Loponte, Patrícia Mendes Calixto, Marcos Roberto Miranda Prietto,  
7 Irwing Amaral Almeida Pinheiro, Alexandre Pitol Boeira, José Henrique Bassani, Cleiton Xavier  
8 dos Santos, Bruno Silveira, Cristian Oliveira da Conceição, Lúcio Geller Júnior, Itamar Luis  
9 Hammes, Ana Maria Geller, Pablo Machado Mendes, Antônio Marcos Pacheco Coutinho,  
10 Douglas Pinho de Ávila, Leandro da Silva Camargo, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Mauro  
11 Castro Martin, Paulo Henrique Asconavieta da Silva, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Cacildo dos  
12 Santos Machado, Sílvia Letícia Pereira de Pereira, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Osni da Costa  
13 Rodrigues, Nelson Luiz Reyes Marques, Gustavo Henrique da Rocha Foster, Maritza da Rocha  
14 Macarthy, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Claire Gomes dos Santos, Fábio Alexandre  
15 Winter, José Luiz Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Diego Alessandro  
16 Pereira dos Santos, Braulio Sergio Mewius, Renato Louzada Meireles, Fernanda Pereira  
17 Teixeira de Mello, João Manoel Martins da Cruz, Júlio Cesar Mesquita Ruzicki, Henrique Ziglia  
18 Maia, Ana Paula Nogueira e Silva, Ricardo Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior, Nilo  
19 Moraes de Campos, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Alessandro de Souza Lima, Mauro  
20 André Barbosa da Cunha, Marilvana Giacomelli Tavares. Apresentaram justificativas os  
21 conselheiros Dalvani Costa de Azevedo, Josi Aparecida de Freitas, Vitor Gonçalves Dias,  
22 Fernanda Cristina Camillo, Michele Roos Marchesan, Alice Maria Souza Szezepanski e Tânia  
23 Dagmar Berber Armbrust. Dando início à reunião foram empossados conselheiros e, a seguir,  
24 colocada em votação a ata 06/2014, da reunião anterior, e que, feitas as retificações  
25 solicitadas, foi aprovada e assinada pelos presentes. Foram submetidas à apreciação as  
26 portarias **ad referendum** n.ºs 2626, 2698, 2981, 2982, 3016, 3044 e 3074/2014. Não tendo  
27 sido apresentado nenhum destaque, todas as portarias foram homologadas. A seguir, foi  
28 discutida a implantação da **Comissão Interna de Supervisão – CIS**. O conselheiro Júlio Ruzicki  
29 disse que o IFSul não tem essa comissão criada, que é muito importante para a carreira dos  
30 servidores técnico-administrativos em educação; que o IFMG já tem um regulamento  
31 elaborado para eleger a comissão. O presidente Marcelo Bender lembrou que existia uma  
32 grupo que pertencia à CIS, mas que houve necessidade de fazer novo regramento de eleição;  
33 que na reunião de dezembro 2013 foi solicitado ao SINASEFE a indicação de nome para  
34 compor a comissão com aqueles colegas, se os mesmos ainda estivessem dispostos a  
35 colaborar, para construir o regramento, mas que o processo não deslanchou. A conselheira  
36 Fernanda Mello disse que a CIS anterior (2005-2013) foi desarticulada, que há necessidade de  
37 representante da gestão e do sindicato para realizar uma nova eleição; que houve uma certa  
38 atualização em 2013, que conversou com o representante do sindicato na ocasião; que foi  
39 visto como fazer para eleger uma nova CIS; que o processo de eleição precisa de  
40 representantes da gestão e do sindicato; que há necessidade de alguém que capitaneie o

41 processo para eleição de nova COE. O conselheiro Osni Rodrigues disse que em dezembro de  
42 2013 foi estipulado prazo de seis meses para que ocorresse o novo processo. O presidente  
43 Marcelo Bender disse ser importante contatar os colegas que já colaboraram com a CIS:  
44 Simoni, Roger, Cristiane e Paulo (de Passo Fundo), para que ajudem no processo de elaboração  
45 do novo regulamento; solicitou também que o Sindicato indique o nome de representante  
46 para a COE. Ficou definido que o SINASEFE deve indicar seu representante para a COE até 1º  
47 de março de 2015; que, na primeira reunião do CONSUP em 2015 deve ser aprovado o  
48 regulamento da COE e, na segunda reunião, a COE deve apresentar os nomes eleitos para a  
49 CIS. O presidente Marcelo Bender salientou a importância da CIS, disse que no fim do ano  
50 haverá uma reunião nacional das CIS, para organizar a carreira dos técnicos e que nós não  
51 teremos representação. O convidado Alessandro Lima falou sobre o que está sendo feito para  
52 a construção do **Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA**; disse que o novo  
53 regulamento está propondo a CPA em todos os câmpus; que tem que ser feita a avaliação  
54 institucional em todos os segmentos, que os dados serão tabulados pela DDI e possibilitarão  
55 apresentá-los separados por segmento ou setor. A conselheira Fernanda Mello disse que  
56 contava com a presença da presidente da comissão, pois embora o apoio da instituição, a CPA  
57 é um órgão autônomo e salientou que a mesma deve assumir sua função e não deveria ser  
58 carregada por quem apenas deve dar o suporte; disse ter alguns questionamentos, mas não  
59 sabe como encaminhá-los. O presidente Marcelo Bender perguntou se a não aprovação nesta  
60 reunião irá causar algum transtorno ou se poderá continuar sendo discutido, o que permitirá a  
61 presença da presidente na próxima reunião. O convidado Alessandro Lima disse que quase  
62 todos os câmpus já montaram suas comissões e que a avaliação vem sendo baseada no  
63 regulamento antigo. A conselheira Ana Geller disse que o conselheiro Pablo Mello participou  
64 de uma reunião, como suplente, e nunca mais foi chamado para discussão; que o processo  
65 parou. O conselheiro Pablo Mello disse ter participado na reunião realizada no CaVG, quando  
66 estava sendo proposto como seria a avaliação e os formulários para preenchimento; que,  
67 posteriormente, quando receberam o link, percebeu que o mesmo fora simplificado; disse que  
68 membros externos à instituição não teriam como preencher os formulários e que deixa  
69 sugestão para que isso seja considerado. A conselheira Ana Geller mencionou a dificuldade de  
70 candidatos para a CPA central; que se propôs a participar, mas não teve retorno. O conselheiro  
71 Marcos Echeverria perguntou quem seria o responsável pela formatação dos dados. O  
72 convidado Alessandro Lima disse que a responsabilidade pela tabulação dos dados é da CPA,  
73 que a DDI apenas daria suporte e usaria as informações para avaliação institucional. O  
74 presidente Marcelo Bender disse que as informações da CPA são dela mesma, uma vez que já  
75 está prevista avaliação também para cursos técnicos; propôs que o tema seja retirado de  
76 pauta em razão da ausência de representantes da CPA, devendo voltar na reunião de  
77 dezembro. O convidado Alessandro Lima pediu que os conselheiros que tenham considerações  
78 as encaminhem para a secretaria do Conselho, que irá repassá-las para a DDI/CPA e lembrou  
79 que a CPA hoje não tem presidente, que foi escolhida a CPA central, que a professora Maria  
80 Helena, do câmpus Sapucaia é quem vem conduzindo o trabalho; que tem reunião marcada  
81 para ao fim de novembro, quando definirá o presidente; disse que precisa do apoio da gestão  
82 para que as pessoas possam participar da CPA. O presidente Marcelo Bender propôs a retirada  
83 do assunto, para retorno em dezembro, com a presença do presidente ou representantes da  
84 comissão, com o que os conselheiros concordaram. O convidado Manoel Júnior apresentou o  
85 novo **Regulamento de Estágios do IFSul**. Explicou que o vigente apresenta problemas de  
86 definição quando da operacionalização, sobre quem seria o responsável por cada tipo de  
87 estágio existente no IFSul: curricular, obrigatório, não obrigatório, ofertados pela instituição;  
88 que a nova proposta define claramente as funções e abrange os estágios internacionais. O

89 conselheiro Miguel Dinis explicou que o pedido de alteração que enviou, estabelecendo o  
90 prazo de um ano para implantação do regulamento em relação aos estágios – só os binacionais  
91 - é para evitar situações imprevistas, já que envolve dois países. O convidado Manoel Júnior  
92 pediu que qualquer problema seja informado à PROEX, para que possa ser solucionado. Posto  
93 em votação, o regulamento foi aprovado por unanimidade, com a alteração proposta em  
94 relação aos estágios binacionais. O convidado Mario Boéssio se colocou à disposição para  
95 esclarecimentos sobre o **Regulamento de Capacitação Docente**. O conselheiro Milton Almeida  
96 disse que houve mudança substancial no tratamento de quem não venceu estágio probatório.  
97 O convidado Mario Boéssio explicou que agora todos os critérios pontuam, cada um com seu  
98 peso, ao contrário do anterior em que eram usados apenas para desempate; que entende que  
99 critério é sempre algo complexo. A primeira proposta de alteração foi referente ao art. 2º,  
100 feita pelo CODIR. O conselheiro Júlio Ruzicki disse não concordar em que o Conselho altere  
101 regulamentos e defendeu que, em caso de dúvidas, ele volte à comunidade, porque pode  
102 gerar algum problema. O presidente Marcelo Bender afirmou que o Conselho pode alterar  
103 regulamentos e já o fez ao longo do tempo, com o que o convidado Marcos Betemps  
104 concordou, lembrando que já houve discussão deste documento com a comunidade. Disse que  
105 o regulamento precisa ser aprovado, mesmo que não sejam aceitas as sugestões  
106 encaminhadas pelo CODIR; disse que o Conselho não está alterando, está acatando ou não as  
107 orientações feitas. O conselheiro Milton Almeida disse concordar com a aprovação, para que  
108 possa ser aplicado logo, mas estabelecendo prazo de seis meses para revisão. A conselheira  
109 Ana Geller concordou com o conselheiro Milton Almeida, mas disse que a aprovação deve ser  
110 feita agora, considerando a necessidade de utilizá-lo já nas próximas saídas para afastamento,  
111 avaliando quem pode ou não ser beneficiado. Sugeriu que a avaliação seja feita na primeira  
112 reunião de 2015. O conselheiro Osni Rodrigues salientou que todos tiveram tempo suficiente  
113 para discutir com a comunidade os dois documentos enviados – o original e o com as  
114 sugestões do CODIR. O convidado Manoel Júnior disse que todos pensam no seu particular e  
115 quando a discussão se arrasta acaba por causar problemas na relação entre as pessoas, por  
116 isso acha ruim submeter todo tempo a volta à discussão. O conselheiro Luis Fonseca lembrou  
117 que o CODIR fez algumas sugestões porque as comissões nem sempre têm visão de gestão,  
118 não objetivando interferir no regulamento. O conselheiro Renato Meireles disse que deve ser  
119 discutida a metodologia de trabalho do Conselho; que a este não cabe fazer mudanças, mas  
120 aprovar, reprová-lo ou retirar de pauta; defendeu que sejam criadas câmaras para estudo e  
121 discussão dos regulamentos, com um relator apresentando na reunião Conselho o resultado  
122 deste estudo; disse que da forma como vêm sendo tratadas as reuniões, nem sempre se  
123 consegue o melhor resultado. A conselheira Fernanda Mello disse que a comissão da qual faz  
124 parte entende que é um trabalho coletivo, participativo mas que é preciso avançar na forma  
125 como constroem o trabalho nas comissões; que criação de comissões com várias  
126 representações é forma de trabalhar com olhar democrático, mas não é garantia; que no  
127 Conselho há estudantes, mas perguntou quantos estudantes e técnico-administrativos  
128 participam das discussões e se os conselheiros discentes levaram o regulamento para  
129 discutirem com as suas comunidades e se os técnicos participaram com sugestões na  
130 construção do regulamento; que, como representante dos técnicos discutiu com eles, que  
131 apontaram destaques; que, quando ia aos câmpus para discutir pedia a presença dos  
132 conselheiros para que pudessem passar as discussões às comunidades; que sua intenção com  
133 o questionamento é deixar uma reflexão: como proceder para que seja um trabalho  
134 efetivamente democrático e que não desconsidere o trabalho das comissões; que é preciso  
135 avançar na forma como o Conselho e as comissões trabalham. O presidente Marcelo Bender  
136 disse que deve ser colocada como pauta interna, na próxima reunião do CONSUP, a discussão

137 para criação de grupos de conselheiros para até, se for o caso, propor nova forma de  
138 operacionalização, a criação de câmaras temáticas que discutiriam os documentos antes da  
139 reunião trazendo o posicionamento do grupo após análise e de questões que julgarem  
140 importantes. Foram sugeridos dois encaminhamentos: a) aprovar o texto original, sem os  
141 destaques e b) abrir o documento colocando os destaques em apreciação. A segunda proposta  
142 foi aprovada por contraste. O primeiro destaque foi feito em relação ao art. 2º, para o qual o  
143 CODIR sugeriu o acréscimo da expressão “para este fim”, após a palavra conveniados, e que já  
144 foi discutido em momento anterior desta reunião Colocada em votação, a alteração foi  
145 aprovada por contraste. Em relação ao art. 6º, o conselheiro Miguel Dinis pediu que o texto  
146 fosse acompanhado de exemplos, tendo o convidado Mario Boéssio salientado que os  
147 exemplos estavam detalhados no Anexo III. Foi aprovada por contraste a retirada do art. 5.º do  
148 documento original, sugerida pelo CODIR, em virtude de o texto repetir o art. 3.º. Foi  
149 apresentado destaque para o § 2º do art. 6º e discutida a sugestão de mudança de texto  
150 sugerida pelo CODIR que propõe que os aqueles já têm a formação não possam se candidatar  
151 a uma segunda capacitação no mesmo nível, com substituição. O conselheiro Júlio Ruzicki  
152 posicionou-se dizendo que mesmo tendo determinada capacitação e considerando os cursos  
153 em que são realizadas as atividades do docente, pode ser importante uma segunda  
154 capacitação no mesmo nível, que pontuaria mais e seria de interesse da instituição, inclusive  
155 na avaliação de cursos. O conselheiro Alexandre Pitol recordou o tempo que os demais  
156 ficariam sem poder se afastar para capacitação, se permitida a segunda especialização. A  
157 conselheira Fernanda Mello disse que tem destaque para o quadro geral, que apresenta baixa  
158 pontuação para o planejamento e maior para a área de educação ou atuação, mas que reflete  
159 no ponto que está sendo discutido, pois o pensamento inverte a ordem que se quis dar na  
160 origem do documento, que era partir do planejamento e que, estando previsto, seria possível  
161 abrir a possibilidade de os docentes fazerem uma segunda especialização. O presidente  
162 Marcelo Bender disse que proporcionar a especialização é um esforço institucional, através do  
163 MEC e que não pode estar condicionado à individualidade do benefício, mas sim à perspectiva  
164 de melhorar o processo de formação; que a legislação não permite à instituição fazer  
165 concursos específicos para doutores e que há situações em que é importante a segunda  
166 capacitação; que a verticalização exige que 80% dos docentes sejam doutores; que hoje há  
167 20% de doutores e 50% com mestrado e se os demais desejarem a capacitação, a liberação  
168 para uma segunda capacitação levaria no mínimo dez anos e que esta segunda pode ser de  
169 interesse da instituição e tratada como exceção. O conselheiro Alexandre Pitol disse que a  
170 liberação para segunda capacitação não deve ficar a critério dos câmpus, mas sim à câmara de  
171 pesquisa. A conselheira Fernanda Mello perguntou se o parecer das chefias não vai mais existir  
172 nos projetos de capacitação e disse que a comissão tinha entendido que o servidor só chegaria  
173 para classificação após ter passado por todas as instâncias que constam no projeto. O  
174 presidente Marcelo Bender respondeu que os responsáveis pela área têm que avaliar a  
175 aplicabilidade do projeto e que a liberação do servidor não pode estar atrelada a sua carreira.  
176 Discordando do conselheiro Ricardo Carrilho, que disse estar havendo discussão por situação  
177 que nunca ocorreu, o conselheiro Júlio Ruzicki lembrou que ela vai se tornar comum,  
178 considerando que os cursos de graduação do IFSul estão deslançando e defendeu o intervalo  
179 de dois anos entre as capacitações. O conselheiro Álvaro Nebel defendeu a aprovação, mas  
180 sugeriu que permaneça em constante avaliação. O conselheiro Miguel Dinis propôs a alteração  
181 do texto, atrelando a liberação à necessidade institucional. A conselheira Luciana Loponte  
182 lembrou que, no objetivo 5 do PDI, a meta 5.1 do PDI reporta ao investimento permanente em  
183 capacitação dos servidores, de acordo com o interesse da instituição. Após discutido, foram  
184 encaminhadas três propostas: a) manter o texto original, b) acatar a sugestão do CODIR (c)

185 alterar o texto. A proposta "a" foi aprovada por maioria, havendo quatro abstenções. Em  
186 relação ao parágrafo único do art. 8º, o conselheiro Alexandre Pitol disse que pode ultrapassar  
187 o limite da carga horária, que é preciso cuidar o RAD. O convidado Mario Boéssio disse que  
188 quem assumir a carga horária deve fazê-lo como voluntário e deve firmar um documento  
189 assumindo a situação. O presidente Marcelo Bender enfatizou que o regime é de 40 horas  
190 semanais e que seria uma situação de exceção. Referindo-se ao art. 9º, a conselheira Fernanda  
191 Mello questionou a distinção de tratamento, pois, para afastamento sem substituto o item é  
192 condição e para afastamento com substituto apenas pontua. O convidado Manoel Júnior disse  
193 que há algumas áreas de formação que não batem com áreas de atuação; que hoje existem  
194 mestrados e doutorados por áreas e perguntou como ficam tais casos, quem decidiria. O  
195 presidente Marcelo Bender perguntou à conselheira Fernanda Mello se tinha algum  
196 posicionamento, ao que ela respondeu que a comissão não teve tempo hábil para definir  
197 durante a elaboração, mas deve ser informado a quem não pontua que só pode se afastar na  
198 área de atuação ou formação ou atuação. O conselheiro Mack Pedroso disse que a forma de  
199 afastamento deve ser a mesma para todos, evitando recursos via judicial. O convidado Manoel  
200 Júnior lembrou que qualquer afastamento deve ser por interesse da instituição. O convidado  
201 Marcos Betemps ratificou a fala do convidado Manoel Júnior e disse que a situação poderia ser  
202 resolvida por pareceres nos processos mostrando o interesse institucional. O conselheiro  
203 Rafael Leitzke perguntou se, havendo parecer que diga não atender os interesses  
204 institucionais, o projeto anda, porque, se não andar, não precisa atrelar a novo parecer da  
205 PROPESP. Foram encaminhadas duas propostas: a) manter o artigo 9º como está e b) retirar o  
206 art. 9. A proposta "b" foi vencedora por maioria. O destaque seguinte foi referente ao art.  
207 13. O conselheiro Alexandre Pitol disse que o relatório do servidor afastado deveria ser  
208 encaminhado também ao câmpus. O convidado Mario Boéssio disse que basta o diretor  
209 solicitar que a PROPESP o envie. Em relação aos anexos, a conselheira Fernanda Mello disse  
210 que o grupo que representa pediu que ela registrasse que a pontuação assinala desprestígio de  
211 uma tentativa que é percebida em muitos outros documentos que a instituição está  
212 construindo e o rumo para onde está apontando. Que quando o documento base foi enviado  
213 ele tinha uma pontuação maior, ia diminuindo, justamente para mostrar a importância que no  
214 planejamento do câmpus já ficasse decidido quais as necessidades institucionais e, da forma  
215 como está colocado, embora este regulamento tenha atualizado bastante e avançado, há um  
216 retrocesso na tentativa institucional e não só de um grupo ou outro de avançar nesse sentido,  
217 de pensar a instituição, usar a qualificação para apontar rumos e não o contrário, a partir das  
218 qualificações que forem surgindo, seguimos nessa ou naquela direção; disse não ter proposta  
219 por não ter havido tempo suficiente para estabelecer valores. A tabela anterior atribuía 50  
220 pontos para cursos de áreas prioritárias. O conselheiro Alexandre Pitol sugeriu a inversão da  
221 pontuação dos itens 1 e 2, com o que concordou o conselheiro Álvaro Nebel. A conselheira  
222 Ana Geller disse que o critério de 30 pontos surgiu nas áreas de formação geral, pois os  
223 professores dos cursos integrados também têm interesse em se qualificar; entende que para  
224 avaliação dos cursos superiores há necessidade de qualificação nas respectivas áreas, mas as  
225 outras áreas não podem ser esquecidas; que pessoal das áreas técnicas tem outros lugares  
226 para pontuar mais, além dos dez deste do quadro. O conselheiro Júlio Ruzicki disse que o  
227 regulamento deve ser igual para as áreas técnicas e de formação geral. O convidado Mario  
228 Boéssio salientou que seu posicionamento é só como presidente da comissão, não como  
229 gestor ou docente e esclareceu que em 2010 os critérios do regulamento eram eliminatórios e  
230 o atual não elimina, trata como pontos; que as discussões de agora foram feitas nas  
231 comunidades e que chegaram aos pesos atribuídos neste regulamento. Informou que, se um  
232 câmpus não define no seu planejamento uma área prioritária, terá zero ponto no item. O

233 conselheiro Álvaro Nebel salientou a necessidade de valorizar o planejamento dos câmpus,  
234 que no mínimo 50% das vagas deveriam ser para a área de formação geral e defendeu a  
235 inversão dos pontos na tabela. O presidente Marcelo Bender disse não pode haver  
236 diferenciação entre servidores das diversas áreas e defendeu a igualdade de pontuação. O  
237 convidado Marcos Betemps mostrou a situação de quem terá que receber e avaliar os  
238 projetos; disse não haver nenhum documento em que conste qual a área prioritária dos  
239 câmpus; que não existe nem no planejamento anual; que nenhum documento vai dar suporte  
240 que justifique dar zero para um candidato. O convidado Mario Boéssio disse que as prioridades  
241 valem por certos períodos, sendo uma restrição relativa, que não impede que os câmpus  
242 também atendam as demais áreas. A conselheira Fernanda Mello disse que isto deve constar  
243 no PDI. Encerradas as discussões, foram encaminhadas as propostas: a) manter a pontuação  
244 original do documento, b) alterar o texto. A proposta "a" recebeu 19 votos e a proposta "b"  
245 recebeu 21 votos. Passou-se a votação das propostas de alteração: proposta a) inverter os  
246 valores; proposta b) feita pela conselheira Claire Santos, de avaliar primeiramente a  
247 continuidade da tabela 2; proposta c) do conselheiro Itamar Hammes, atribuir 20 e 20 pontos  
248 nos dois quadros. O convidado Manoel Júnior lembrou que a educação é sempre a área fim,  
249 que não se limita às áreas propedêuticas. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou que a área da  
250 educação pode ser a prioridade de um câmpus. O conselheiro Milton Almeida perguntou se,  
251 quando o regulamento foi discutido, a tabela estava com estes valores; o convidado Mario  
252 Boéssio respondeu que não, que a mudança foi feita a partir de sugestões dos câmpus. O  
253 conselheiro Milton Almeida disse então que se está pensando em mudar o resultado das  
254 discussões feitas. O convidado Mario Boéssio explicou como foi encaminhada a discussão do  
255 regulamento nos câmpus; disse que posteriormente foram feitas duas reuniões para  
256 consolidação das propostas, com um representante de cada câmpus, quando o documento foi  
257 analisado item a item, resultando na proposta apresentada aos conselheiros, inclusive a  
258 pontuação. O convidado Manoel Júnior disse que do trabalho das comissões se tira uma  
259 forma de encaminhamento que, às vezes, não é perfeito. Falou das dificuldades de debater  
260 profundamente os assuntos em vista de haver muitas discussões simultâneas, do cuidado na  
261 escolha de quem vai representar os câmpus nas discussões e da necessidade de estabelecer  
262 metodologias de trabalho para as comissões que consolidam documentos, de modo que  
263 resultem propostas que agradem a maioria, de forma democrática. O presidente Marcelo  
264 Bender ressaltou que acredita no planejamento e que quanto mais participativo for, melhor  
265 representará um pacto entre as partes e em melhores condições será cumprido; que sem  
266 planejamento não há caminhada. O conselheiro Álvaro Nebel retirou a proposta "a" de sua  
267 autoria. As propostas "b" e "c" foram submetidas à votação, tendo a proposta "c" sido  
268 aprovada por maioria. Não havendo outros destaques, o regulamento foi colocado em  
269 votação, tendo o mesmo sido aprovado, com as alterações propostas, por maioria. A seguir, o  
270 convidado Ricardo Costa disponibilizou-se a esclarecer dúvidas referentes à **reformulação dos**  
271 **projetos pedagógicos dos cursos do programa Profuncionário**. Não havendo destaques, foi  
272 aprovada por unanimidade. Sobre a **cobrança de taxa de renovação de matrícula fora do**  
273 **prazo**, foi lido o parecer da PROJUR, que se manifestou pela ilegalidade da cobrança, pois o  
274 IFSul já havia firmado um TAC com o Ministério Público sobre a não cobrança de qualquer taxa  
275 referente à matrícula ou rematrícula, em obediência à legislação. O conselheiro Marcos  
276 Silveira disse que o problema é a palavra taxa. O conselheiro Rafael Leitzke concordou e disse  
277 que, embora tenha encaminhado como taxa, na ata da reunião anterior, quando falou sobre o  
278 assunto, usou multa, o que garante a similaridade com o tratamento às bibliotecas; lembrou  
279 que o art. 167 da OD fala em cancelamento compulsório da matrícula, que no câmpus Pelotas  
280 é substancial o número de alunos que não renovam a matrícula; que se fizer valer a OD vai

MM

281 haver uma enxurrada de processos judiciais porque existe a vaga e a matrícula foi cancelada. O  
282 presidente disse ser interessante haver um outro tipo de procedimento que fizesse com que os  
283 alunos mantivessem as matrículas em dia. Após discutir a diferença entre taxa e multa, os  
284 conselheiros definiram o encaminhamento de nova consulta à PROJUR, a ser feita pela PROEN,  
285 mas usando a expressão "cobrança de multa", mesmo tratamento dado à cobrança pela  
286 demora de devolução de livros às bibliotecas. O convidado Ricardo Costa prosseguiu falando  
287 sobre a **reformulação dos projetos pedagógicos de cursos** dos câmpus Camaquã, Charqueadas  
288 e Venâncio Aires, aprovados por unanimidade, do mesmo modo que os **calendários letivos**  
289 **2015**. O convidado Alessandro Lima voltou a falar sobre a CPA; disse ter pedido que todos os  
290 câmpus enviassem os nomes para a DDI, que organizaria os nomes para a comissão e que  
291 alguns câmpus enviaram para a reitoria, que emitiu as portarias; que pelo regulamento vigente  
292 só os câmpus com curso superior podem ter CPA. O presidente Marcelo Bender disse que o  
293 gabinete poderia emitir portarias para CPA de cada câmpus, que já começariam a trabalhar  
294 para virem posteriormente discutir o regulamento no Conselho; que esta seria a solução para  
295 que os câmpus que têm CPA e não têm curso superior possam manter suas comissões. O  
296 conselheiro Mack Pedroso justificou a necessidade de proceder a **alteração na estrutura**  
297 **organizacional do câmpus Sapucaia do Sul**; disse que tinha uma CD-4 disponível; que a  
298 comunidade discutiu se seria melhor direcioná-la para o Departamento de Ensino ou para o  
299 Departamento de Administração, que foi decidido em caráter *pro tempore*, separar o  
300 Departamento de Administração e de Planejamento, passando a ter um Departamento de  
301 Administração e um Departamento de Planejamento e Estrutura. A proposta foi aprovada. A  
302 última inclusão na pauta foi a de **prorrogação do prazo para discussão do Regimento Geral**,  
303 proposta pelo conselheiro Júlio Ruzicki. Foi lembrado que a discussão não foi concluída por  
304 necessidade de priorizar o Plano de Desenvolvimento Institucional e necessita ser mais  
305 discutida. O conselheiro Rafael Leitzke disse ter recebido propostas que mudam a estrutura do  
306 câmpus Pelotas, transformando departamentos em centros, verticalizados, que não vão bater  
307 com a estrutura da reitoria, principalmente com a PROEN; que acredita que o regimento do  
308 câmpus só deve ser discutido após a aprovação do regimento geral; apontou outro problema:  
309 na montagem do planejamento anual 2015 tem que fazer vinculações do plano com  
310 departamentos, diretorias, assessorias, do câmpus e da reitoria, que não sabe se vão existir em  
311 2015. O convidado Mauro Cunha explicou os motivos que levaram às várias prorrogações de  
312 prazo para aprovação do regimento geral. Consideradas as dificuldades encontradas e  
313 analisadas as possibilidades e a necessidade de construir regimentos internos que não firam o  
314 regimento geral ficou estabelecido o novo calendário que prevê reunião das comissões em 20  
315 de novembro, envio de material com sugestões pós-reunião até 25 de novembro, reunião de  
316 conclusão dia 27 de novembro e encaminhamento à PROJUR, para parecer, e ao CONSUP em  
317 03 de dezembro. Foi aprovada a **alteração do art. 159 do Regimento Geral**, com a seguinte  
318 redação: "...deverá ser revisada, até o dia 15 de dezembro de 2014, a discussão da estrutura  
319 organizacional da Reitoria e a revisão do Regimento Geral." Nada mais havendo a tratar, a  
320 reunião encerrou às dezessete horas e cinquenta minutos e eu, Stela Marina Nunes de Castro,  
321 digitei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros.